

8. CLASSIFICAÇÃO DO PALACETE JÚLIO DE LIMA E DO CONJUNTO EDIFICADO DENOMINADO POR “MOURA COUTINHO”:

Da **DMUOP** submetendo ao Executivo Municipal, o processo relativo à classificação do Palacete Júlio de Lima e do Conjunto Edificado denominado por “Moura Coutinho”, para deliberação nos termos da alínea t), do artº. 33º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com os nºs 3 e 4 do artigo 28º da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

As Entes Anuyl.

1801/19



Classificação do Palacete Júlio de Lima e do conjunto edificado denominado por "Moura Coutinho"
Ref.ª E/4058/2015
Inf. DCH de 27/06/2017

Informação

Obviando o desvio procedimental que se verificou neste processo de classificação*, deverá remeter-se ao Sr. Presidente para que, concordando, remeta à Câmara Municipal para deliberação nos termos da alínea t), do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 3 e 4 do artigo 28º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro
REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS
Artigo 33.º

Competências materiais

1 - Compete à câmara municipal:

t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural
Artigo 15.º

Categorias de bens

1 - Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional (...).

2 - Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

(...)

6 - Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Artigo 28.º

Forma dos actos

1- A classificação de um bem como de interesse nacional reveste a forma de decreto do Governo.

2- A classificação de um bem como de interesse público reveste a forma de portaria.

3- A forma dos demais actos a praticar obedecerá ao disposto na legislação aplicável.

4- *Todo o acto final de um procedimento sobre uma determinada forma de protecção deverá ser devidamente fundamentado, identificando com rigor o bem ou as partes componentes da universalidade em questão.*

Monumentos, conjuntos e sítios

Artigo 51.º

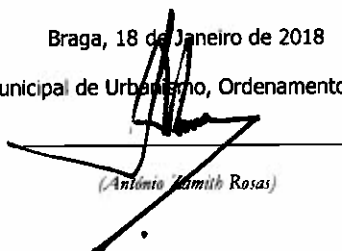
Intervenções

Não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior de monumentos, conjuntos ou sítios classificados, nem mudança de uso susceptível de o afectar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal, conforme os casos.

*O processo havia sido remetido para divulgação, tendo-se detectado a anomalia procedimental na fase de elaboração de edital.

Braga, 18 de Janeiro de 2018

O Director Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento



(António Luís Rosas)



BRAGA
Município

De acordo.
Divulga-se conforme
bolsão.

13 JULHO 2017

TELA N.º 2017/804
ADPCHGCH
Tomei conhecimento
13/07/2017
2-000000

Concordo com a classificação.
Ao Senhor Presidente.

Município de Braga, 3.7.2017

O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013,

Miguel de Melo Bandeira
Miguel de Melo Bandeira, Prof.

A DRCN/AT N.º 14/15/18
elaborado pelo AT

Documento n.º: E/4058/BU/2015

Data Registo: 20-07-2015

Assunto: CRP - Correspondência Entrada (E) - Cultura/Turismo - Classificação de imóveis de interesse Municipal/Nacional - Remetem pedido de classificação do Palacete Júlio de Lima e do conjunto do edificado denominado por "Moura Coutinho".

Classificador: 050006 - Classificação de móveis e imóveis de interesse concelhio ou valor nacional

Tipo Documento: Correspondência

Livro: Documento de Entrada

Entidade:

Nome/Designação: Aspa - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Departamento Cultural e Natural

Endereço: Apartado 78

Utilizador: Pedro Lopes (Dr)

Destinatário: Zamith Rosas (Dr)

Conhecimentos:

Data: 27-06-2017 18:19:50

Documento: E/4058/BU/2015

1- Através da publicação do edital N.º ED/65/2017 foi determinada a abertura de procedimento de classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do Conjunto Edificado, composto pelo Palacete Júlio Lima, Jardim e Espaço envolvente, localizado na rua Gabriel Pereira de Castro com os n.ºs 116 a 120 e pelo Conjunto Arquitectónico Urbano, atribuído ao Arq.º João Moura Coutinho, implantado no lado poente da rua Júlio Lima, com os n.ºs 2 a 24, fazendo gaveto para as ruas de S. Vicente, com os n.ºs 77 a 91 e rua Gabriel Pereira de Castro, com os n.ºs 77 a 81, da Freguesia de S. Vicente.

2- Neste enquadramento, apenas foi recebida uma exposição da Junta de Freguesia de S. Vicente datada de 1/6/2017, comunicando que foi "aprovado um voto de congratulações pela abertura do procedimento de classificação..."

3- Decorrido o prazo de 45 dias, fixado nos termos do disposto no n.º3, do Art.º 94º da Lei 107/2011 de 8 Setembro, a DRCN não se pronunciou pelo que o processo pode seguir os trâmites legais.

4- Assim estão reunidas as condições para nos termos do disposto no Art.º 29.º da Lei n.º 107/2001, proferir a decisão final relativa à classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal, do conjunto edificado composto pelo Palacete Júlio Lima, Jardim e Espaço envolvente, localizado na rua Gabriel Pereira de Castro com os n.ºs 116 a 120 e pelo Conjunto Arquitectónico Urbano atribuído ao Arq.º Moura Coutinho, implantado no lado poente da rua Júlio Lima, com os n.ºs 2 a 24, fazendo gaveto para as ruas de S. Vicente, com os n.ºs 77 a 91 e rua Gabriel Pereira de Castro, com os n.ºs 77 a 81, da Freguesia de S. Vicente,

5- Após aprovação final deverá proceder-se à publicação de edital dando cumprimento ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do Art.º 29º da Lei n.º 107/2001.

6- De seguida deverá comunicar-se à DRCN, conforme disposto no Art.º 61.º do D.L. n.º 309/2009 de 23 de Outubro.

7- Posteriormente envie-se à DISIQ para procedimento de divulgação no portal do município.

8- Após a divulgação referida no ponto anterior volte à D-CH.

Ao Sr. J. M. AT 27/06/17

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Concordo. *Miguel de Melo Bandeira*

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith

28 JUN. 2017

(Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016)